





O bebê que conhecemos hoje: uma oficina como espaço de atualização dos conhecimentos

The baby we know today: a workshop as a space for updating knowledge

El bebé que conocemos hoy: un taller como espacio de actualización de conocimientos

 Carolina Gonzaga Sanches Jorquera¹

 Monica Campos de Oliveira²

 Ana Clébia de Araújo Araújo³



Resumo: Este estudo analisa três encontros da oficina O bebê que conhecemos hoje, dispositivo formativo criado pelas autoras para divulgar pesquisas contemporâneas que reconhecem o bebê como sujeito ativo e interlocutor desde os primeiros dias de vida, em contraste com concepções clássicas que o consideravam mero receptor. Os conteúdos abordaram distinções entre crescimento, desenvolvimento e constituição psíquica, além de evidências sobre competências precoces, como imitação neonatal, reconhecimento do próprio nome e sensibilidade ao olhar e à voz. As oficinas ocorreram presencialmente em três cidades brasileiras, com duração de duas horas cada, reunindo 32 participantes: famílias gestantes (14) e pretendentes à adoção vinculados ao Sistema Nacional de Adoção (18). A metodologia combinou exposições orais, vídeos, rodas de conversa e aplicação de questionários on-line antes e após os encontros, visando identificar mudanças na percepção dos participantes sobre as capacidades comunicativas e a constituição psíquica do bebê. Os resultados indicaram ampliação significativa do repertório conceitual, com deslocamento de concepções centradas no choro para uma compreensão multimodal da linguagem, valorizando gestos, movimentos corporais, olhares e vocalizações como formas legítimas de comunicação. Conclui-se que a oficina promoveu transformações nos saberes e práticas dos participantes, fortalecendo abordagens preventivas, éticas e respeitadas ao sofrimento psíquico na primeira infância, além de reafirmar o bebê como protagonista de sua constituição subjetiva. A experiência mostrou-se replicável em diferentes contextos, reforçando a relevância de ações formativas baseadas em evidências científicas para qualificação do cuidado e promoção da escuta respeitosa ao bebê.

Palavras-chave: constituição psíquica; bebê; interação social; oficina de capacitação.

Abstract: This study analyzes three sessions of the workshop "The Baby We Know Today," a training program created by the authors to disseminate contemporary research that recognizes the baby as an active and engaged subject from the first days of life, in contrast to classical conceptions that considered them a mere receiver. The content addressed distinctions between growth, development, and psychic constitution, as well

¹ Mestrado em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, SP, Brasil. Psicanalista e Perita Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), São Paulo, SP, Brasil. País. E-mail: carolpsico@yahoo.com.br

² Mestranda em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora - MG, Brasil. Psicanalista em consultório particular, Juiz de Fora - MG, Brasil. E-mail: mncamposdeoliveira@gmail.com

³ Mestre, Universidade Federal do Tocantins (UFT), Palmas, TO, Brasil. Psicóloga no Le Maternage, Palmas, TO, Brasil. E-mail: ana.clebiabia@gmail.com



as evidence on early competencies, such as neonatal imitation, recognition of one's own name, and sensitivity to sight and voice. The workshops took place in person in three Brazilian cities, lasting two hours each, bringing together 32 participants: pregnant families (14) and prospective adoptive parents linked to the National Adoption System (18). The methodology combined oral presentations, videos, group discussions, and the application of online questionnaires before and after the meetings, aiming to identify changes in participants' perceptions of the infant's communicative abilities and psychic constitution. The results indicated a significant expansion of conceptual repertoire, shifting from conceptions centered on crying to a multimodal understanding of language, valuing gestures, body movements, gazes, and vocalizations as legitimate forms of communication. It is concluded that the workshop promoted transformations in the participants' knowledge and practices, strengthening preventive, ethical, and respectful approaches to psychic suffering in early childhood, as well as reaffirming the infant as the protagonist of their subjective constitution. The experience proved replicable in different contexts, reinforcing the relevance of formative actions based on scientific evidence for improving care and promoting respectful listening to the infant.

Keywords: psychic constitution; baby; social interaction; training workshop.

Resumen: Este estudio analiza tres sesiones del taller "El Bebé que Conocemos Hoy", un programa de capacitación creado por los autores para difundir la investigación contemporánea que reconoce al bebé como un sujeto activo y comprometido desde los primeros días de vida, en contraste con las concepciones clásicas que lo consideraban un mero receptor. El contenido abordó las distinciones entre crecimiento, desarrollo y constitución psíquica, así como la evidencia sobre competencias tempranas, como la imitación neonatal, el reconocimiento del propio nombre y la sensibilidad visual y vocal. Los talleres se realizaron presencialmente en tres ciudades brasileñas, con una duración de dos horas cada uno, y reunieron a 32 participantes: familias embarazadas (14) y futuros padres adoptivos vinculados al Sistema Nacional de Adopción (18). La metodología combinó presentaciones orales, videos, discusiones grupales y la aplicación de cuestionarios en línea antes y después de los encuentros, con el objetivo de identificar cambios en las percepciones de los participantes sobre las habilidades comunicativas y la constitución psíquica del bebé. Los resultados indicaron una expansión significativa del repertorio conceptual, pasando de concepciones centradas en el llanto a una comprensión multimodal del lenguaje, valorando los gestos, los movimientos corporales, las miradas y las vocalizaciones como formas legítimas de comunicación. Se concluye que el taller promovió transformaciones en los conocimientos y prácticas de los participantes, fortaleciendo abordajes preventivos, éticos y respetuosos del sufrimiento psíquico en la primera infancia, así como reafirmando al bebé como protagonista de su constitución subjetiva. La experiencia resultó replicable en diferentes contextos, reforzando la relevancia de las acciones formativas basadas en evidencia científica para mejorar el cuidado y promover la escucha respetuosa del bebé.

Palabras clave: constitución psíquica; bebé; interacción social; taller de formación.

1 Introdução

O presente trabalho decorre do interesse das autoras em contribuir para que pais, familiares e profissionais que atuam cotidianamente com bebês tenham acesso às descobertas científicas recentes, as quais reconhecem o bebê como sujeito ativo e interlocutor nos contextos em que está inserido. Para tanto, desenvolveram um dispositivo formativo destinado ao compartilhamento de proposições contemporâneas acerca do bebê, a ser oferecido para os interessados no contexto da primeira infância, especialmente pais, familiares, cuidadores e profissionais de diferentes áreas que atuam com bebês.

Tal dispositivo foi nomeado pelas autoras como oficina *O bebê que conhecemos hoje* e o presente trabalho tem como objetivo descrever a estrutura e os conteúdos da oficina, especialmente três dela apresentar a concepção de constituição psíquica que a embasa; identificar mudanças nas concepções dos participantes sobre o bebê antes e após a intervenção e refletir sobre as contribuições desse dispositivo formativo para a qualificação das práticas de cuidado na primeira infância.

A estrutura da oficina formativa também foi originalmente concebida para atender profissionais que atuam na infância; entretanto, este estudo concentra-se na análise de três edições realizadas com familiares, cujo perfil será descrito a seguir.

As contribuições potenciais deste trabalho residem na ampliação dos saberes teóricos e práticos dos participantes, no fortalecimento de abordagens preventivas e sensíveis ao sofrimento psíquico na primeira infância e na valorização de práticas de cuidado que considerem o bebê em sua dimensão relacional, comunicativa e subjetiva. Ademais, o estudo contribui para o campo acadêmico ao sistematizar e analisar uma experiência formativa fundamentada em evidências científicas, passível de replicação em diferentes contextos.

2 Sobre a infância

De acordo com a análise histórica de Ariès (1981), a ideia de infância não é natural ou universal, mas socialmente construída ao longo dos tempos. O autor demonstra que, em diferentes períodos históricos, a criança foi compreendida ora como um adulto em miniatura, ora como um ser incompleto, cuja existência social se definia sobretudo pela dependência e pela tutela dos adultos, o que contribuiu para a consolidação de práticas educativas e de cuidado centradas na passividade infantil e supremacia do adulto, especialmente nos casos de bebês.

Nesse contexto histórico, o cuidado destinado aos bebês dentro da família ou nas chamadas instituições totalizantes, caracterizou-se por práticas centradas predominantemente na manutenção da sobrevivência física, restringindo-se, em grande medida, à oferta de alimentação, higiene e abrigo (Ariès, 1981).

No contexto institucional, Spitz (1996) introduziu o conceito de hospitalismo para descrever os efeitos profundamente prejudiciais da privação afetiva em bebês institucionalizados, mesmo quando suas necessidades físicas se encontravam adequadamente atendidas. Seus estudos evidenciaram atrasos no desenvolvimento, maior incidência de adoecimento e aumento do risco de morte, reforçando a centralidade do vínculo afetivo como condição essencial para a sobrevivência e desenvolvimento infantil. Isso porque, segundo o autor, o bebê era então concebido como objeto de gestão e controle institucional, e não como sujeito de vínculos, experiências e interlocuções, o que levou, por um longo período, à desconsideração de suas necessidades afetivas, relacionais e comunicativas.

Com os avanços sociais e teóricos sobre a infância, especialmente impulsionados pela Psicanálise, esse período passou a ocupar um lugar central na compreensão da constituição psíquica. Freud (1905, p. 179) destaca que a infância é a fase de maior receptividade e produção de impressões psíquicas, ressaltando a importância das experiências precoces e dos estímulos provenientes do ambiente e das figuras cuidadoras. Nesse contexto, Costa (2010, p. 17) lembra que a análise com crianças teve início com o caso do pequeno Hans, publicado por Freud em 1909,

e foi posteriormente desenvolvida por autores como Hermine von Hug-Hellmuth, Anna Freud, Melanie Klein e Winnicott. Esses teóricos compartilham a premissa de compreender a criança como um ser totalmente dependente do outro, cuja constituição e desenvolvimento se dão a partir das experiências e cuidados recebidos (Costa, 2010).

Embora a psicanálise inicial tenha representado um avanço significativo frente às concepções anteriores sobre a infância, especialmente no que se refere aos primórdios da constituição psíquica, essa perspectiva manteve a ênfase na ideia de que o sujeito se organiza, em grande medida, a partir do que recebe do outro. Tal concepção reforça uma constituição psíquica predominantemente orientada “de fora para dentro”, na qual o bebê é concebido como uma “folha em branco” à espera de ser preenchida pelo outro. Essa visão sustentou práticas que atuavam sobre o bebê, e não com ele, desconsiderando sua participação ativa no processo interativo (Trevarthen; Aitken; Gratier, 2019).

Segundo Parlato-Oliveira (2019) por décadas o bebê foi subestimado, sendo avaliado nas funções psíquicas com base em sua fraca aptidão motora. Porém, como bem pontua a autora, “A pesquisa, aliada aos estudos dos trabalhos mais recentes e inovadores nesta área, permitiu uma reformulação geral no saber e no trato com o bebê” (Parlato-Oliveira, 2019, p. 15). O avanço da ciência e das tecnologias têm lançado luz ao olhar sobre o bebê, atribuindo-lhe saberes antes não vislumbrados, fazendo com que o que se sabe sobre esse pequeno sujeito hoje, não seja o mesmo que se sabia antes.

Mas como o bebê se comunica se ainda não utiliza a fala? Para responder a essa questão, é necessário compreender a linguagem em sua amplitude. Conforme Saussure (2012, p. 17), “tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica”. Nessa perspectiva, a linguagem não se restringe à fala, mas envolve um conjunto complexo de manifestações verbais, gestuais e corporais, que se articulam no contexto de enunciação, considerando tanto quem fala quanto quem escuta, além das intenções que atravessam o ato comunicativo.

O linguista explica que a língua é apenas uma das formas de expressão da linguagem, sendo um produto social da faculdade de linguagem e um sistema de convenções que possibilita sua realização nos indivíduos (Saussure, 2012, p. 41). Assim, compreender a linguagem como fenômeno amplo e multimodal permite reconhecer que a comunicação não se limita à oralidade.

Partindo dessa concepção, Parlato-Oliveira (2019) enfatiza que a fala não é a única forma de expressão do sujeito. O bebê, por exemplo, comunica-se de maneira multimodal, e sua escuta é possível porque “... seus gestos, movimentos e expressões corporais compõem um sistema complexo de produção e expressão da linguagem” (Parlato-Oliveira, 2019, p. 32). À luz das descobertas contemporâneas, o bebê é concebido como sujeito capaz de interpretar o entorno e expressar sua singularidade por meio dessas múltiplas formas, construindo sua subjetividade desde os primeiros meses de vida.

Escutar o bebê, portanto, exige atenção às diferentes modalidades da linguagem presentes no olhar, na sucção, no tônus, nos movimentos e nos ritmos, que revelam prazer, sofrimento e intenções comunicativas (Parlato-Oliveira, 2019). Compreender essa complexidade possibilita valorizar as formas precoces de comunicação e reconhecer o bebê como protagonista de sua constituição subjetiva.

Em consonância com o questionamento das concepções tradicionais e com a mudança de paradigma acerca das necessidades dos bebês, foi promulgada, no Brasil, a Lei nº 13.438/2017, que acrescentou ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a obrigatoriedade da avaliação e do acompanhamento do desenvolvimento psíquico de todas as crianças, do nascimento aos 18 meses de vida, por meio de protocolos específicos. A relevância dessa normativa reside no reconhecimento de que o bebê, além das necessidades amplamente reconhecidas relacionadas ao crescimento e ao desenvolvimento físico, demanda atenção sistemática aos aspectos psíquicos, possibilitando intervenções precoces sempre que sinais de sofrimento forem identificados.

Em 2025 o ordenamento jurídico brasileiro foi ampliado com a promulgação da Lei nº 15.240/2025, que introduz no ECA a caracterização do abandono afetivo como ilícito civil, passível de indenização por danos morais ou outras reparações. A lei reconhece expressamente que o cuidado destinado à criança e ao adolescente não se restringe ao sustento material, abrangendo também a assistência afetiva e emocional como dimensão constitutiva do dever parental.

De acordo com a referida lei, compete aos pais, para além da observância dos direitos previstos no ECA, prestar aos filhos assistência afetiva por meio de convívio ou visitação períodica, de modo a possibilitar o acompanhamento de sua forma o psicológica, moral e social. Essa amplia o normativa reforça o princípio constitucional da prote o integral, conforme dispõe o artigo 227 da Constitui o Federal (Brasil, 1988), ao estender a responsabilidade parental para além das necessidades físicas, incluindo o dever de presença, apoio emocional e convívio significativo no processo de desenvolvimento da criança e do adolescente.

A previsão legal do abandono afetivo como ilícito civil mostra-se particularmente relevante para o campo da primeira infância e para os estudos sobre constitui o psíquica, pois confere reconhecimento jurídico ao valor do cuidado emocional e da intera o como elementos fundamentais do desenvolvimento saudável. Ao estabelecer que a presença sensível e a escuta atenta das múltiplas formas de expressão do beb  não constituem apenas práticas desejáveis, mas dimensões diretamente vinculadas a direitos assegurados e deveres legalmente estabelecidos, a norma consolida uma compreensão social e institucional que reforça a importância do afeto como componente essencial da prote o integral prevista no ordenamento jurídico brasileiro. Nesse sentido, a Lei n  15.240/2025 fortalece o marco normativo que orienta as práticas de cuidado e forma o na primeira infância, ao ampliar o alcance das políticas públicas e das interven es clínicas e educativas. Ao reconhecer o afeto, a intera o e o cuidado respeitoso como componentes essenciais da prote o   criança, a referida lei oferece respaldo jurídico   perspectiva teórica aqui sustentada, que concebe o beb  como sujeito ativo das rela es comunicativas e da constitui o

psíquica desde os primeiros dias de vida.

As leis anteriormente citadas evidenciam a preocupação do Estado com a primeira infância e alinham-se aos estudos contemporâneos da psicanálise e das neurociências, que destacam a importância de acompanhar a constituição psíquica desde os primeiros meses de vida. Tal acompanhamento é essencial para possibilitar intervenções oportunas para o bebê e sua família, prevenindo a instalação de psicopatologias, especialmente em situações de risco para transtornos do espectro autista (Silva et al., 2018). Nesse sentido, Parlato-Oliveira (2022, p. 158) enfatiza que “o sofrimento psíquico pode acometer a todos os sujeitos, não importando a sua idade cronológica”.

3 A oficina *O bebê que conhecemos hoje*

A oficina *O bebê que conhecemos hoje* foi concebida pelas autoras como uma estratégia formativa, com o propósito de disseminar saberes contemporâneos sobre o bebê e, conseqüentemente, contribuir para que pais, responsáveis e profissionais se sintam mais preparados para reconhecer as potencialidades do bebê, considerando as singularidades de cada criança em seus contextos de cuidado ou atuação. Além disso, buscou-se promover a conscientização sobre a importância de identificar sinais que indiquem a necessidade de apoio especializado, favorecendo a tomada de decisão no momento oportuno.

É relevante destacar que existem modelos consolidados de cursos voltados a gestantes, pais e puérperas, nos quais profissionais oferecem orientações prescritivas sobre “como fazer” e fornecem dicas práticas de cuidados com o bebê. Diferentemente dessas propostas, a oficina apresentada neste trabalho busca construir um espaço que favoreça relações prazerosas de troca e assim promover a construção singular do saber de cada cuidador, familiar ou profissional, estimulando reflexões e práticas sensíveis às necessidades de cada bebê.

Para a definição do conteúdo apresentado nas oficinas descritas neste estudo, foi realizado um recorte dentro do vasto conjunto de publicações científicas recentes que sustentam o paradigma do bebê como sujeito ativo e protagonista. Essa perspectiva, consolidada gradualmente por pesquisas e tecnologias atuais com rigor metodológico, orientou a seleção dos temas abordados.

A seguir, são apresentados os principais conteúdos trabalhados nas três edições da oficina *O bebê que conhecemos hoje*, cujos resultados serão analisados no presente estudo.

Inicialmente, realizou-se, com os interlocutores das oficinas, a distinção entre os conceitos de crescimento, desenvolvimento e constituição psíquica. Segundo o Ministério da Saúde, na publicação *Saúde da criança: acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil* (Brasil, 2002), o crescimento refere-se ao aumento do tamanho corporal e, portanto, cessa com o término do aumento em altura. Abarca fenômenos de substituição e regeneração de tecidos e órgãos, sendo considerado um dos melhores indicadores de saúde da criança, em razão de sua estreita

dependência de fatores ambientais, tais como alimentação, ocorrência de doenças, cuidados gerais e de higiene, condições de habitação e saneamento (Brasil, 2002, p. 11).

Sobre o desenvolvimento, a mesma publicação destaca que:

“Generalizações sobre o desenvolvimento infantil não podem estar baseadas apenas na avaliação das habilidades pertencentes a um determinado sistema: motor, perceptivo, linguagem etc. Esses sistemas traduzem determinadas funções que se apoiam em um processo de maturação neurológica, aperfeiçoam-se, desenvolvem-se, sofrem influências ambientais e se organizam em um núcleo constituído pelo psiquismo. O atraso de uma dessas habilidades por si só não significa necessariamente um problema patológico, já que entendemos que cada ser humano se desenvolve a partir de suas possibilidades e do meio em que está inserido. A criança deverá ser sempre vista como um todo e em relação com seu ambiente, pais e família” (Brasil, 2002, p. 75).

A constituição psíquica, por sua vez, constrói-se no decorrer das relações entre a criança e os outros, desde os primórdios de sua vida, antes mesmo de nascer. Está intimamente relacionada à participação daqueles que dela cuidam: “Ao nascer (o bebê), é acolhido nesse lugar, tecido com as palavras e com as imagens criadas por seus pais” e, desta forma, “tudo isso colocará em jogo um circuito de trocas, cujo resultado será um ser humano singular, único, dotado de um eu capaz de dirigir-se aos outros” (Brasil, 2002, p. 80).

Na sequência, foram apresentados aos participantes os principais resultados de sete pesquisas, que para as autoras compuseram um panorama diversificado sobre habilidades de um bebê e que serão brevemente descritas a seguir, a saber: Machado et al. (2013); Gratier et al. (2015); Vannasing, Florea e Gonzáles-Frankenberger (2016); Parlato-Oliveira (2019); Nagy et al. (2020); Guellaï et al. (2020) e Rubia Infanti In Parlato-Oliveira (2022).

Em 2013, Machado et al. realizaram um experimento no qual demonstraram que crianças entre quatro e cinco meses de idade já são capazes de reconhecer o próprio nome — resultado que contraria os manuais clássicos do desenvolvimento infantil, os quais situam o surgimento dessa habilidade por volta dos doze meses de vida (Machado et al., 2013). Essa pesquisa apresenta grande relevância para a área clínica, pois evidencia a importância de investigar o significado do comportamento de bebês que, a partir dessa faixa etária, não reagem quando chamados pelo nome, o que pode indicar aspectos relevantes de seu desenvolvimento comunicativo e cognitivo. Esses resultados sugerem a importância de observar e valorizar as habilidades precoces do bebê, para além dos marcos tradicionais do desenvolvimento, compreendendo-as como indicadores de seu psiquismo e de sua capacidade de interação. Destacam a relevância de reconhecer o bebê como um interlocutor ativo, capaz de participar ativamente das trocas afetivas e comunicativas, contribuindo para a construção de vínculos sensíveis e para o desenvolvimento integral desde os primeiros meses de vida.

Em 2015, Gratier et al. analisaram as interações vocais entre mães e seus bebês e concluíram que, já aos dois meses de idade, os bebês são capazes de participar ativamente de trocas de turnos comunicativos, antecipando respostas e iniciando interações. Esses resultados

indicam que, mesmo em idade tão precoce, o bebê demonstra sensibilidade ao ritmo e à alternância próprios de um diálogo com o adulto que se ocupa dele, evidenciando competências comunicativas elementares desde os primeiros meses de vida (Gratier et al., 2015).

O estudo de Vannasing et al. (2016), demonstrou que recém-nascidos com apenas um dia de vida apresentam especializações hemisféricas distintas para o processamento da língua materna e de uma língua não nativa. Os resultados indicaram maior ativação do hemisfério esquerdo diante da língua nativa, sugerindo um processamento já especializado para padrões linguísticos familiares, reforçando a ideia de que a experiência fetal contribui para a organização funcional do cérebro.

Parlato-Oliveira (2019) descreve que, antes mesmo do desenvolvimento da fala, a comunicação do bebê se organiza como um fenômeno multimodal. Nesse processo, gestos, movimentos corporais e expressões faciais constituem um sistema complexo de produção e expressão da linguagem, possibilitando a interação com o outro. A escuta do bebê, portanto, requer o reconhecimento de que a linguagem se manifesta para além da oralidade, envolvendo dimensões corporais e relacionais que sustentam os primeiros processos comunicativos.

Nagy et al. (2020) publicaram um estudo com 46 recém-nascidos, com média de um dia de vida, no qual foram realizadas microanálises quadro a quadro das interações entre o pesquisador e os bebês. Durante o experimento, o pesquisador executou quatro gestos — protrusão da língua, inclinação da cabeça e gestos com três e dois dedos —, observando-se que todos os grupos de gestos foram imitados pelos recém-nascidos. Esses achados evidenciam a presença de atenção compartilhada e de intencionalidade comunicativa já nos primeiros momentos de vida.

Em 2020, Guellaï et al. testaram 32 recém-nascidos, com média de 47 horas de vida, expondo-os a fotografias de pessoas cujo olhar era dirigido diretamente a eles (olhar direto) e a imagens em que o olhar estava voltado para um ponto distante (olhar desviado). Os resultados indicaram que, desde o nascimento, os bebês são capazes de perceber pequenas diferenças no direcionamento do olhar de quem lhes dirige a atenção e mostram-se mais sensíveis às interações face a face do que àquelas em que o interlocutor fala, mas não os olha diretamente. Essa pesquisa evidencia que o bebê é capaz de interpretar o olhar do outro e que o contato visual direto potencializa sua atenção e engajamento interativo (Guellaï et al., 2020).

Parlato-Oliveira (2022, p. 86), destaca em sua obra a pesquisa desenvolvida por Rúbia Infanti, apresentada em sua tese de doutorado, em 2015, na qual investigou bebês nascidos no Brasil e na França, juntamente com suas respectivas díades, com o objetivo de analisar as características e duração das interações vocais. O estudo concluiu que, aos quatro meses de idade, esses bebês já demonstravam ter assimilado as características prosódicas da língua à qual foram expostos desde o nascimento, revelando-se capazes de responder de acordo com as expectativas culturais do meio em que estavam inseridos. Assim, observou-se que os bebês franceses aguardavam a sua vez para se engajarem na conversa — conduta compatível com a dinâmica comunicativa de sua cultura —, enquanto os bebês brasileiros apresentavam momentos de sobreposição de falas com seus interlocutores, refletindo padrões interativos próprios de seu

contexto cultural.

Essa pesquisa evidencia que o bebê não vocaliza apenas pelo prazer de ouvir o som que produz, mas expressa sua intencionalidade comunicativa e sua capacidade de se organizar para dialogar com o outro, a partir das expectativas próprias da língua e da cultura em que está inserido.

4 Método

O presente trabalho apresenta a análise de três oficinas *O bebê que conhecemos hoje*, coordenadas, cada uma delas, por uma das autoras. Os encontros aconteceram na modalidade presencial, em três cidades localizadas nos estados de Minas Gerais (cidade A), Tocantins (cidade B) e São Paulo (cidade C), correspondentes às regiões de moradia das autoras.

Os participantes das oficinas das cidades A foram famílias gestantes, contando com 3 participantes. Este também foi o público-alvo da cidade B, contando com 11 participantes. Nas cidades A e B o critério de seleção dos participantes foi a metodologia de amostragem em bola de neve, na qual participantes inicialmente convidados indicaram outras pessoas possivelmente interessadas. Os encontros foram realizados nos espaços coletivos da clínica onde as autoras atuam.

Na cidade C, o público da oficina totalizou 18 pessoas, todos pretendentes à adoção vinculados ao SNA, com perfil para adoção de crianças recém-nascidas até dois anos de idade. O convite para o encontro foi direcionado pela coordenação do grupo aos pretendentes à adoção participantes do Grupo de Apoio à Adoção daquela cidade, por intermédio da autora. Os interessados compareceram no horário agendado, na própria sede onde ocorrem as reuniões. Ao todo, as três oficinas reuniram 32 participantes e tiveram a duração de duas horas cada.

Como parte do delineamento metodológico, os participantes responderam, antes e após os encontros, a um questionário *on-line* breve, aplicado por meio da plataforma *Google forms*, com o objetivo de investigar os conhecimentos prévios e posteriores acerca das capacidades, da comunicação e da constituição psíquica do bebê.

Para a condução das oficinas, as autoras recorreram a exposições orais, recursos audiovisuais e rodas de conversa, com o intuito de apresentar aos participantes uma nova perspectiva sobre o bebê, reconhecendo nele saberes e competências sempre presentes, embora historicamente pouco visibilizados (Parlato-Oliveira, 2022).

Além da explanação dos conceitos de “constituição psíquica” e a diferenciação dele com os conceitos de desenvolvimento, crescimento e maturação (Brasil, 2002), foram apresentados sete trabalhos científicos recentes que evidenciam as competências do bebê: Machado et al. (2013); Gratier et al. (2015); Vannasing, Florea e Gonzáles-Frankenberger (2016); Parlato-Oliveira (2019); Nagy et al. (2020); Guellaï et al. 2020) e Rubia Infanti In Parlato-Oliveira (2022), conforme apontado anteriormente.

A exposição dos conteúdos foi ilustrada por meio de pequenos vídeos, selecionados com o intuito de tornar a apresentação dinâmica. Os encontros incluíram, ainda, momentos de troca entre os participantes, favorecendo a construção coletiva do conhecimento. Ademais, a linguagem utilizada em cada oficina esteve sempre em consonância com os participantes de cada uma delas. A seguir, serão destacados alguns dos principais resultados desses questionários, com o objetivo de verificar se a participação na oficina provocou alterações na percepção dos participantes acerca do bebê.

5 Resultados e Discussão

Para mensurar a percepção dos participantes acerca das capacidades do bebê, as autoras utilizaram questionários respondidos por eles antes e após a realização das oficinas. Os questionários foram disponibilizados por meio do *Google Forms* para cada um dos entrevistados e continham questões fechadas e abertas, possibilitando tanto uma análise quantitativa descritiva quanto uma análise qualitativa interpretativa.

Como indicadores de mudança de percepção, foram considerados: (a) a alteração nas respostas dicotômicas ou em escala temporal referentes às capacidades do bebê; (b) a ampliação do repertório de respostas nas questões abertas; (c) a substituição de concepções restritivas ou negativamente valoradas por descrições mais abrangentes e alinhadas à perspectiva multimodal da comunicação; e (d) o reconhecimento de competências precoces do bebê, conforme evidenciado nas pesquisas científicas apresentadas durante as oficinas.

Inicialmente, foi apresentada aos participantes a pesquisa de Parlato-Oliveira (2019), sobre a comunicação do bebê antes do desenvolvimento da fala oral. Ao serem questionados sobre a capacidade de comunicação do bebê, os participantes das cidades A e B responderam afirmativamente tanto no formulário inicial quanto no final, indicando que, mesmo antes da oficina, já reconheciam essa habilidade. Na cidade C, entretanto, 16,7% dos participantes responderam “talvez” no primeiro formulário, demonstrando incerteza quanto à capacidade comunicativa do bebê. Após a participação na oficina, 100% dos participantes dessa cidade passaram a reconhecer afirmativamente que o bebê se comunica. Esses dados indicam que a explanação realizada contribuiu para a mudança de percepção de parte dos participantes que inicialmente não reconheciam o bebê como intérprete e interlocutor de seu entorno.

Nas questões abertas que investigaram as formas de comunicação do bebê, a mudança foi mensurada pela análise do conteúdo das respostas, observando-se o número e o tipo de modalidades comunicativas mencionadas. Identificou-se, sobretudo na cidade C, a redução da centralidade do “choro” como principal forma de comunicação e o aumento de referências a gestos, movimentos corporais, olhar e vocalizações, considerados indicadores de aproximação ao conceito de multimodalidade da linguagem.

Assim, na cidade A, um dos participantes, que inicialmente associava a comunicação do bebê a atos interpretados de forma socialmente negativa como “chorar”, “fazer birra”, “fazer manha” e “manipular”, passou a reconhecer um repertório mais amplo, incluindo “rir”, “balbuciar”, “olhar”, “interagir”, “imitar” e “responder”. Outro participante apresentou movimento semelhante, ampliando sua concepção para incluir linguagem, movimentos corporais e outras manifestações expressivas.

Na cidade C, no formulário inicial, o “choro” foi a forma de comunicação mais citada (11 participantes), seguido por “sorriso” (7), “olhar” (5), “gestos”, “palmas” e “reações físicas” (4), além de “balbucio” (3). No formulário final, observou-se mudança significativa: 15 participantes passaram a mencionar “gestos”, “movimentos físicos”, “sinais” e “corpo” como principais formas de comunicação; 9 citaram o “olhar”; 7 mencionaram “vocalizações”, “fala” e “balbucio”; e 6 indicaram o “choro”. Ressalta-se que as respostas eram abertas, permitindo múltiplas menções. Observou-se que o “choro” deixou de ocupar posição central, sendo substituído pelo reconhecimento dos gestos e do corpo como meios comunicativos, indicando aproximação ao conceito de multimodalidade da comunicação infantil.

A percepção acerca da capacidade de imitação foi mensurada a partir da mudança nas respostas relacionadas à idade em que tal habilidade seria possível. Observou-se deslocamento significativo das respostas para idades mais precoces, especialmente para os primeiros dias de vida, alinhando-se aos achados de Nagy et al. (2020). De forma semelhante, a mudança na percepção sobre o reconhecimento do próprio nome e da voz materna foi mensurada pela comparação direta das respostas antes e após a oficina, considerando-se como indicador o reconhecimento dessas capacidades em idades compatíveis com a literatura científica apresentada.

Desta forma, os participantes foram questionados sobre a capacidade de imitação do bebê (Nagy et al., 2020). Nas cidades A e C, nenhum participante, antes da oficina, considerou que um bebê com dois dias de vida fosse capaz de imitar. A maioria acreditava que essa habilidade surgiria aos quatro meses (66,7% na cidade A) ou aos seis meses (44,4% na cidade C). Após a oficina, 100% dos participantes da cidade A e 83,3% da cidade C passaram a reconhecer a capacidade de imitação já no recém-nascido. Na cidade B, 18,2% dos participantes indicaram essa possibilidade no formulário inicial; após a oficina, esse percentual aumentou para 90%.

Em relação ao reconhecimento do próprio nome (Machado et al., 2013), antes da oficina, a maioria dos participantes das cidades A e B já indicava que essa habilidade surgiria entre quatro e cinco meses, resultado mantido por 100% deles no formulário final. Na cidade C, houve empate entre quatro e seis meses no formulário inicial; após a oficina, 16 participantes reconheceram a habilidade aos quatro meses, enquanto dois mantiveram a resposta de seis meses.

Quanto à distinção da voz materna desde o nascimento (Vannasing et al., 2016), 33,3% dos participantes da cidade A inicialmente negaram essa capacidade, passando para 100% de reconhecimento após a oficina. Na cidade C, apenas um participante inicialmente não reconheceu

essa habilidade, e no formulário final todos passaram a afirmá-la. Na cidade B, 100% dos participantes reconheceram essa capacidade nos dois momentos.

Por fim, as respostas à questão aberta sobre interesses futuros foram analisadas como indicadores indiretos de mudança de percepção, na medida em que evidenciaram maior curiosidade e demanda por aprofundamento em temas relacionados à constituição psíquica, ao sofrimento psíquico precoce e às formas de comunicação do bebê, sugerindo ampliação e complexificação do olhar dos participantes sobre o bebê como sujeito.

Neste sentido, na cidade A destacaram-se temas como a conexão com o pai e a interação mãe-bebê. Na cidade C, surgiram interesses relacionados às etapas do desenvolvimento, comportamento, capacidades do bebê e, de forma expressiva, à constituição psíquica e ao sofrimento psíquico precoce. Na cidade B, os participantes demonstraram interesse pela interação do bebê com o ambiente, cuidados no desenvolvimento, reconhecimento da comunicação e estímulos intrauterinos.

6 Considerações finais

Este estudo teve como propósito descrever a experiência de três oficinas formativas intituladas *O bebê que conhecemos hoje*, apresentar a concepção de constituição psíquica que sustentou essa proposta e analisar possíveis mudanças nas concepções dos participantes acerca do bebê antes e após a intervenção. Os resultados indicam que esses objetivos foram plenamente alcançados, revelando transformações significativas na forma como os participantes compreendem o bebê, sobretudo no que se refere às suas capacidades comunicativas, à constituição psíquica e ao reconhecimento de competências precoces.

A análise comparativa das respostas antes e após a oficina *O bebê que conhecemos hoje* evidenciou transformações significativas na percepção dos participantes. Observou-se um deslocamento significativo na percepção dos participantes quanto às formas de comunicação do bebê. O “choro”, antes central nas respostas, perdeu protagonismo, cedendo espaço para referências a gestos, movimentos corporais, olhar e vocalizações, evidenciando uma aproximação ao conceito de multimodalidade da linguagem. Outro aspecto relevante foi a mudança na compreensão das competências precoces: antes da oficina, a maioria acreditava que a imitação surgia apenas a partir do quarto ou sexto mês; após a intervenção, houve reconhecimento quase unânime da capacidade de imitação desde os primeiros dias de vida, em consonância com as evidências científicas. Alterações semelhantes ocorreram no entendimento sobre o reconhecimento do próprio nome e a distinção da voz materna, com respostas ajustadas para idades mais precoces, especialmente desde o nascimento, indicando um avanço expressivo na concepção dos participantes sobre as capacidades iniciais do bebê.

Diante disso, considera-se que investigações futuras possam complementar os achados aqui apresentados, ampliando o número de participantes, contemplando diferentes contextos socioculturais e institucionais, explorando metodologias longitudinais, de modo a aprofundar a compreensão acerca dos efeitos de ações educativas sobre os cuidados e os vínculos estabelecidos com os bebês.

Em síntese, a oficina *O bebê que conhecemos hoje* revelou-se um dispositivo formativo potente, capaz de sensibilizar e atualizar famílias gestantes e famílias que aguardam seus filhos pela via da adoção, promovendo práticas preventivas e respeitadas voltadas à saúde psíquica na primeira infância. Ao articular teoria, prática e experiência subjetiva, favoreceu a construção de saberes singulares e reflexivos, sem prescrever condutas, mas estimulando uma escuta qualificada e o reconhecimento do bebê como sujeito desde os primórdios da vida. Esses achados evidenciam que ações educativas fundamentadas em evidências científicas atualizadas contribuem para desconstruir concepções ainda marcadas por modelos desenvolvimentistas tradicionais ou por leituras moralizantes do comportamento infantil. Reforça-se, assim, a necessidade de investimentos contínuos em formação, pesquisa e divulgação científica nesse campo, consolidando uma perspectiva ética e responsiva que valorize as trocas precoces e a singularidade do bebê.

Referências

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/crescimento_desenvolvimento.pdf. Acesso em 12 de maio de 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.438, de 26 de abril de 2017**. Dispõe sobre alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13438.htm. Acesso em: 12 de maio de 2023.

BRASIL. **Lei nº 15.240, de 28 de outubro de 2025**. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para caracterizar o abandono afetivo como ilícito civil. Diário Oficial da União: Poder Executivo, Brasília, DF, 29 out. 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2025/lei/l15240.htm. Acesso em: 12 jan. 2026.

COSTA, Teresinha. **Psicanálise com crianças**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010.

GRATIER, Maya; DEVOUCHE, Emmanuel; GUELLAI, Bahia; INFANTI, Rubia; YILMAZ, Ebru; PARLATO-OLIVEIRA, Erika. Early development of turn-taking in vocal interaction between

mothers and infants. **Frontiers in Psychology**, [S. l.], v. 6, n. 1167, p. 1–10, set. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2015.01167>. Acesso em: 12 jan. 2026.

GUELLAÏ, Bahia; HAUSBERGER, Martine.; CHOPIN, Adrien; STRERI, Arlette. Premises of social cognition: Newborns are sensitive to a direct versus a faraway gaze. **Sci Rep**, [S. l.], v. 17, n. 10, jun. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41598-020-66576-8>. Acesso em: 12 jan. 2026.

MACHADO, Nathália. P.; CRUZ, Luciana. F. da; SEABRA, Aline. G.; MACEDO, Elizeu. C. Investigação do reconhecimento do nome próprio em bebês de 4 a 5 meses: um estudo piloto. **Rev. CEFAC**, Uruguaiana, v.15, n.5, p.1080-1087, Set-Out. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-18462013000500004>. Acesso em: 12 jan. 2026.

NAGY, Emese.; PILLING, Karen.; BLAKE, Victoria.; ORVOS, Hajnalka. Positive evidence for neonatal imitation: A general response, adaptive engagement. **Dev Sci**. v.23, n.2, e12894. 2020. <https://doi.org/10.1111/desc.12894>. Acesso em: 12 jan. 2026.

PARLATO-OLIVEIRA, Erika. **Saberes do bebê**. 1.ed. Instituto Langage, 2019.

PARLATO-OLIVEIRA, Erika. **Quem é o bebê do século XXI?** Pesquisas recentes. Comunicação Oral em Evento. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ap4hn8JN0FI>. Acesso em 30/05/2022.

PARLATO-OLIVEIRA, Erika. **O bebê e as tramas da linguagem**. 1.ed. Instituto Langage, 2022.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2012.

SILVA, Maria Fernanda A.; RECHIA, Inaê C.; NUNES, Sabrina F.; SOUZA, Ana Paula R. Desenvolvimento cognitivo, linguístico e histórico de risco psíquico em crianças de 2 anos. **Saúde e Pesquisa**, Maringá, v. 11, n. 2, p. 223-229, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.17765/1983-1870.2018v11n2p223-229>. Acesso em: 12 jan. 2026.

SPITZ, René A. **O primeiro ano de vida: um estudo psicanalítico do desenvolvimento normal e anômalo das relações objetais**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

TREVARTHEN, Colwyn; AITKEN, Kenneth, J; GRATIER, Maya. **O bebê nosso professor**. São Paulo: Instituto Langage, 2019.

VANNASING, Phetsamone; FLOREA, Olívia; GONZÁLEZ-FRANKENBERGER, Berta; TREMBLAY, Julie; PAQUETTE, Natacha, SAFI, Dima, WALLOIS Fabrice, LEPORE, Franco/ BÉLAND, Renée, LASSONDE, Maryse, GAALLAGHER, ANNE. Distinct hemispheric specializations for native and non native languages in one day old newborns identified by fNIRS. **Neuropsychologia**, [S. l.], v. 84, p. 63-69, 2016. <https://doi.org/10.1016/j.neuropsychologia.2016.01.038>. Acesso em: 12 jan. 2026.

Contribuições dos Autores (CRediT)

Carolina Gonzaga Sanches Jorquera: Conceituação; Metodologia; Investigação; Curadoria de Dados; Análise Formal; Redação – Rascunho Original; Redação – Revisão e Edição.

Monica Campos de Oliveira: Conceituação; Metodologia; Investigação; Curadoria de Dados; Análise Formal; Redação – Rascunho Original; Redação – Revisão e Edição.

Ana Clébia de Araújo Araújo: Conceituação; Metodologia; Investigação; Curadoria de Dados; Análise Formal.

Conflitos de Interesses:

Conforme a política editorial da revista, as autoras declaram não haver quaisquer relações pessoais, profissionais, financeiras ou acadêmicas que possam ser interpretadas como influência nos métodos, resultados ou discussões apresentadas neste manuscrito.

Financiamento:

Esta pesquisa não recebeu financiamento.

Aprovação ÉTICA:

Não se aplica.

Agradecimentos

As autoras agradecem a Camila Fonseca de O. Calderano pela revisão gramatical e ortográfica do manuscrito.

Como citar este artigo (ABNT):

JORQUERA, Carolina Gonzaga Sanches; OLIVEIRA, Monica Campos de; ARAÚJO, Ana Clébia de Araújo. Oficina O bebê que conhecemos hoje: espaço de transmissão dos conhecimentos atuais sobre o bebê. **Revista Educação e Linguagens**. Campo Mourão: v.16 e162606, p.1-15, jan/dez. 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.33871/22386084.2026.16.11093>. Acesso em: [Inserir data de acesso].

Editor Responsável:

Deivid Alex dos Santos.